



UNifeob

PROJETO INTEGRADO

ESCOLA DE NEGÓCIOS

2020



UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

ESCOLA DE NEGÓCIOS

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTERDISCIPLINAR

**ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E
DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS A
SEREM REALIZADOS COM BASE NAS
DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL**

LOJAS RENNER S.A

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2020

UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

ESCOLA DE NEGÓCIOS - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTERDISCIPLINAR

**ELABORAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL, DRE E
DFC ATRAVÉS DE LANÇAMENTOS SIMULADOS A
SEREM REALIZADOS COM BASE NAS
DEMONSTRAÇÕES DE UMA EMPRESA REAL**

LOJAS RENNER S.A

MÓDULO DE CONTABILIDADE APLICADA

Contabilidade Avançada - Prof. Luiz Fernando Pancine

Teoria da Contabilidade - Prof. Júlio César Teixeira

Análise de Normas e Pronunciamentos Contábeis - Prof. Antonio
Donizeti Fortes

Práticas de Sistemas Contábeis - Prof. Danilo Morais Doval

Contabilidade Comercial - Prof. Max Streicher Vallim

Alunos:

Bruna Gaspar Ribeiro, RA 18000260

Caio Augusto Francisco, RA 20001027

Karoline dos Santos Pavan, RA 18001573

Lucas Scherma Vanetti, RA 20000965

Rafaela de Queiroz Monteiro, RA 20001456

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2020

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	6
3.	PROJETO INTERDISCIPLINAR	7
3.1	CONTABILIDADE AVANÇADA	7
3.1.1	AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO	7
3.1.2	FLUXO DE CAIXA	8
3.2	ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS.	9
3.2.1	CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE.....	9
3.2.2	CPC 16 (R1) – ESTOQUES	11
3.2.3	CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS.....	12
3.2.4	CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO	13
3.2.5	CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL	14
3.2.6	CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE.....	15
3.3	TEORIA DA CONTABILIDADE	16
3.3.1	ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE.....	17
3.3.2	ATIVO E PASSIVO.....	18
3.3.3	RECEITAS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS	19
3.4	PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS	19
3.4.1	– BALANÇO PATRIMONIAL	20
3.4.2	– DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE.....	20
3.4.3	– DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	21
3.4.4	– RAZÃO CONTÁBIL	22
3.5	CONTABILIDADE COMERCIAL	22
3.5.1	– TRANSAÇÕES COMERCIAIS	22
3.5.2	– OPERAÇÕES FINANCEIRAS	25
3.5.3	– OPERAÇÕES COM FOLHA DE PAGAMENTO	27
4.	CONCLUSÃO	29
5.	REFERÊNCIAS	30
6.	ANEXOS.....	33

1. INTRODUÇÃO

Nesse semestre estaremos aplicando matérias mais complexas, e desenvolvendo o projeto através de uma empresa real, utilizando de seus lançamentos, saldos do balanço original. Assim, estaremos conduzindo nosso projeto integrado com o material apresentado, para desenvolver e concluir da melhor forma a dinâmica proposta.

Em contabilidade avançada estaremos apresentando os pilares da contabilidade juntamente com a avaliação de fluxo de caixa e princípios da contabilidade no Brasil, compreenderemos os termos controlada e coligada, continuidade, ágio e deságio na empresa.

A seguir estaremos apresentando os tópicos estudados na matéria teoria da contabilidade, onde aprendemos a estrutura contábil, ativos e suas demonstrações, passivo, patrimônio líquido e receita e despesas e também analisaremos os CPC e os usuários de padronização das normas contábeis internacionais.

Na unidade de estudos análise de normas e pronunciamentos contábeis estaremos avaliando e compreendendo alguns CPC, e também apuração de estoque com sistema média, peps e ueps. Após estaremos demonstrando toda a estrutura do balanço real das lojas Renner S.A, utilizando seus saldos de abertura, vendas, compras, e também desenvolvermos demonstrações de resultado do exercício (DRE), e tudo feito pelo sistema contábil Netspeed.

E com a unidade de estudos contabilidade comercial, estaremos simulando os lançamentos, fechamento e elaboração de demonstrações contábeis de uma empresa comercial (Renner S.A). Transações com mercadoria, estoque e os impostos presente na compra e venda de mercadoria, as operações financeiras, contabilizaremos também folha de pagamento.

Assim após todas as unidades de estudo analisadas estaremos fazendo uma conclusão de tudo apresentado.

2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A Lojas Renner S.A. é uma das redes de departamento maiores do Brasil. Começou no ano de 1981, com o começo das atividades fabris do então Grupo A. J. Renner, e desvinculou-se do grupo que foi fundado por Antônio Jacob Renner somente em 1965, quando suas lojas começaram a tomar um formato mais próximo do atual.

Em 2015 a organização tornou-se a maior loja de departamento do Brasil, possuindo um total de 264 lojas espalhadas pelo país, atualmente conta com mais de 550 lojas por todo território Brasileiro e também na Argentina e Uruguai.

A organização teve seu crescimento pois entendeu que mais do que seguir e propor tendência de moda, é preciso compreender a diversidade dos estilos de vidas de seus consumidores, assim atua em vários campos que oferece moda em diferentes estilos; da Camicado, empresa no segmento de casa e decoração; e da Youcom, especializada em moda jovem.

Missão: Ser a maior e melhor loja de departamentos das Américas para o segmento médio/alto dos consumidores com diferentes estilos, sempre com moda, qualidade, preços competitivos e excelência nos serviços prestados, encantando e inovando.

Visão: liderar o mercado nacional de moda, em um cenário predominantemente formal, sendo a maior e melhor varejista do setor moda.

Valor: Entregar a melhor experiência em moda e lifestyle para o segmento médio/alto, encantando nossos clientes com produtos e serviços de qualidade a preços competitivos, por meio de um ecossistema inovador e sustentável.

Concorrente: Lojas Renner é a maior varejista de moda do Brasil em faturamento, e está espalhado por todo o Brasil, e recentemente iniciou suas ações fora do país. Quando falamos em lojas renner, imediatamente vem à cabeça riachuelo e C&A, suas duas maiores concorrentes.

3. PROJETO INTERDISCIPLINAR

3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA

Nesta unidade de estudo, iremos apresentar alguns dados com base em pesquisas e resultados que foi trabalhado na sociedade como por exemplo, investimentos e outras operações em um determinado período de atividade da empresa.

Conforme os conhecimentos transmitidos em sala de aula, trabalharemos com dois métodos de investimento: MEP (Método de Equivalência Patrimonial) e MC (Método de Custo), e sobre movimentações na sociedade, iremos preferir à fluxo de caixa.

3.1.1 AVALIAÇÃO DO INVESTIMENTO

Investimento são aplicações de capital com a expectativa de obter um benefício futuro maior do que o aplicado, ou seja, com seus devidos rendimentos, juros e lucros. Para que seu investimento seja lucrativo, é preciso que a taxa de lucros seja superior aos custos.

Conforme a Lei 6.404/76 devidamente alterada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, o Método de Custo deve ser aplicado nos investimentos menores, já nos investimento de maior impacto o método que deve ser aplicado é o Método de Equivalência Patrimonial, sendo assim, uma vez definido os investimento a serem aplicados pelo Método de Equivalência Patrimonial, os demais serão trabalhados com o Método de Custo.

A avaliação pelo valor do PL (patrimônio líquido), que também é nomeado Método de Equivalência Patrimonial (MEP), condiz sobre o valor do investimento diante do percentual de participação no capital social da empresa sobre o patrimônio líquido de cada coligada e/ou controlada.

O Método de Custo, também nomeado como Método do Custo Equivalente ou do Custo Histórico, baseia-se em analisar os componentes do patrimônio líquido, servindo como apoio os valores de transações de começo.

Na Mensuração inicial deve ser calculado pelo valor de entrada inicial, ou seja, pelo valor de aquisição constante do documento que demonstra o ingresso do investimento, somado aos demais encargos de custo transações, corretagens, tributos etc. Ao final do ciclo,

serão somados os dividendos a receber, diferente do Método de Equivalência Patrimonial, não é somado os lucros ou as perdas pois não terá parte sobre o resultado.

O valor justo avalia o investimento concedendo o relativo valor do mercado. Valor justo é o preço que retornaria consequente de uma venda de um ativo ou que seria pago através de uma transferência de passivo em transições não forçada entre integrantes do mercado na data de mensuração.

A forma de avaliar os investimento deve ser analisada e coerente a cada situação, depende do cenário que encontra a sociedade investidora e a investida.

Ágio e Deságio

Ágio ocorre quando em uma operação financeira, é cobrado um montante a mais sobre o valor contábil de um bem. Ou seja, em uma possível negociação, o comprador acaba pagando um valor acima do valor contábil de mercado.

$$\boxed{\text{Valor de mercado}} - \boxed{\text{Custo de aquisição}} = \boxed{\text{Ágio / deságio}}$$

Imagem 01 – Valor Ágio/Deságio.

Deságio é definido como a diferença entre o valor real e o nominal de uma moeda, ou seja, é cobrado um valor menor do que de mercado.

Mais Valia e Menos Valia

Mais Valia e Menos Valia existe quando os ativos da empresa a ser investida, líquido dos passivos, mensurados a valor justo individualmente, valem mais que seu valor contábil. Corresponde à diferença entre o valor justo dos ativos líquidos identificados e seu valor contábil.

3.1.2 FLUXO DE CAIXA

A DFC (Demonstração de Fluxo de Caixa) é um relatório contábil que pretende mostrar as entradas e saídas de dinheiro do caixa de uma empresa e quais foram os resultados

desse fluxo. Ajuda a entender e analisar a capacidade de uma organização de produzir caixa e equivalentes, em determinado período com as entradas e saídas de dinheiro.

DFC passou a ser obrigatória a todas as organizações de capital aberto ou as que excedem o patrimônio líquido superior a dois milhões de reais

3.2 ANÁLISE DE NORMAS E PRON. CONTÁBEIS.

Neste tópico do Projeto Interdisciplinar, iremos apresentar uma análise de alguns CPCs ministrados na aula, onde mostraremos seus objetivos, alcance, mensuração e divulgação em forma de síntese.

3.2.1 CPC 47 – RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE

Comitê de pronunciamentos contábeis, CPC.

CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Nova norma de reconhecimento de receita, entrou em pleno vigor em 01/01/2018, correspondendo ao IFRS 15. Trazendo inúmeras mudanças e implicações para organização de muito segmento.

Essa norma traz um modelo de 5 passos, do qual é necessário ser linearmente analisados para assim ser seguidos, para a organização está apta a reconhecer receita.

1º Identificar o contrato com o cliente

2º Identificar as obrigações de desempenho previstas no contrato

3º Determinar o preço da transação

4º Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho previstas no contrato

5º Reconhecer a receita quando, ou conforme a entidade atende a cada obrigação de desempenho.

Tendo como objetivo criar modelo único para a contabilização de receita de contrato com o cliente, independente do ramo de atuação, sendo aplicados a todos as vendas e serviço de todos os segmentos.



Imagem 02 – Representação das 5 etapas

Esse novo modelo traz com você algumas mudanças importantes, não apenas na contabilidade, mas também nas áreas de política de venda, plano orçamentário, informações gerenciais (que utilizado do balanço) e também os tributos sobre receita tendo que ser observadas todas as mudanças presentes do CPC 47.

Obrigação de desempenho, onde a organização vendedora tem como obrigação repassar o serviço ou bens para a organização compradora por meio de um contrato, perante isso que será reconhecido da receita.

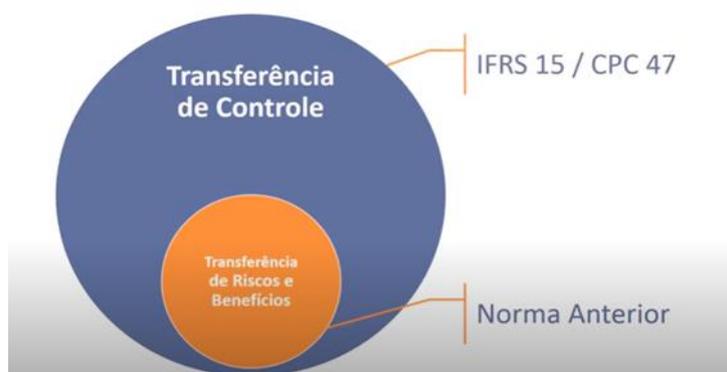


Imagem 03 – Demonstração CPC 47

Momento em que a obrigação de desempenho será cumprida, no cenário anterior era utilizado a transferência de risco e benefício para que a receita possa ser reconhecida contabilmente e agora com as mudanças utilizado a transferência de controle.

Ao aplicar a norma as organizações devem exercer julgamento ao considerar os termos dos contratos e todos os fatos existente, inclusive os termos que não estão presente no contrato também deverá ser aplicado às exigências da norma para os contratos semelhantes.

3.2.2 CPC 16 (R1) – ESTOQUES

O CPC 16 (R1) foi aprovado no dia 08 de maio de 2009, com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para os estoques, ou seja proporcionar orientações sobre a determinação do valor de custo dos estoques e sobre o seu subsequente reconhecimento como despesa em resultado, incluindo qualquer redução ao valor realizável líquido. Proporcionando também a orientação sobre o método e os critérios usados para atribuir custos aos estoques.

O mesmo deve ser mensurado pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

Tipos de custos:

- Fixos, são aqueles que não dependem do volume de produção. -Variáveis são aqueles que variam em função da quantidade produzida.
- De transformação incluem a mão de obra direta mais os custos fixos diretos e indiretos.
- Custos de fabricação são compostos pelo material direto, mão de obra direta e o custo indireto.

Os critérios mais conhecidos para a avaliação dos estoques, segundo o artigo 295 do RIR/99, são:

- Preço específico.
- PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai).
- UEPS (Último que Entra, Primeiro que Sai).
- Preço médio ponderado permanente.
- Preço médio ponderado mensal.

Estoques Financiados:

A entidade geralmente compra estoques com condição para pagamento a prazo. A negociação pode efetivamente conter um elemento de financiamento, como, por exemplo,

uma diferença entre o preço de aquisição em condição normal de pagamento e o valor pago; essa diferença deve ser reconhecida como despesa de juros durante o período do financiamento.

Quando os estoques são vendidos, o custo escriturado desses itens deve ser reconhecido como despesa do período em que a respectiva receita é reconhecida. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques devem ser reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem. A quantia de toda reversão de redução de estoques, proveniente de aumento no valor realizável líquido, deve ser registrada como redução do item em que for reconhecida a despesa ou a perda, no período em que a reversão ocorrer.

3.2.3 CPC 20 (R1) – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

Os Custos de empréstimos são aqueles diretamente atribuídos à aquisição, à construção ou à produção de ativos qualificáveis para a sua capitalização, outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas. Os Custos de empréstimos são despesas de juros de todas as formas de empréstimos, inclusive mútuos, e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos, conforme consta do Pronunciamento Técnico CPC 08 Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Ativo qualificável leva um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. O reconhecimento ocorre na medida em que a entidade toma emprestados recursos especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável, a entidade deve utilizar uma taxa de capitalização com base na média ponderada dos custos de empréstimos aplicáveis aos empréstimos da entidade que estiveram vigentes durante o período.

O montante capitalizado não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos durante esse período. Inicia-se a capitalização dos custos dos empréstimos na data dos gastos com a obtenção do ativo e os custos dos empréstimos são incorridos e iniciadas as atividades necessárias ao preparo do ativo para seu uso ou venda pretendido. Suspende-se a capitalização se existirem interrupções durante extensos períodos das atividades de desenvolvimento do ativo qualificável com algumas exceções.

A entidade cessa a capitalização quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo qualificável estão completas. A evidenciação demonstra o montante capitalizado no período e a taxa utilizada.

3.2.4 CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO

Foi realizado o pronunciamento do mesmo no dia 26/06/2009 com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para os imobilizados, de forma que os usuários possam diferenciar as informações sobre os investimentos da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações.

Seus principais pontos a serem considerados na contabilização do ativo imobilizado são: O reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas em relação aos mesmos.

Para um bem ser enquadrado como imobilizado, ele precisa atender aos seguintes requisitos, conforme o CPC 27:

Deve ser tangível;

Deve ser destinado para uso de produção ou fornecimento de mercadorias e serviços, para aluguel a outros ou fins administrativos; e

Deve ser utilizado por mais de um período.

O ativo imobilizado deve ser um item palpável. Marcas e patentes, por exemplo, embora tenham valor agregado e sejam largamente utilizadas pela entidade, não constituem essa conta (para tanto, há o grupo dos intangíveis). Basicamente, ele pode ser enquadrado em dois subgrupos: os bens em operação (terrenos, obras civis e complementares, instalações, máquinas, equipamentos, móveis, softwares, entre outros) e os bens em andamento, tanto na sua fase de implantação, quanto na execução da constituição efetiva do ativo. Em relação à mensuração, ela decorre pelo custo do imobilizado, o qual tem seu enquadramento elencado pelo Pronunciamento para se chegar ao valor justo.

O mesmo deve ser aplicado na contabilização de ativos imobilizados, exceto quando outro Pronunciamento exija ou permita tratamento contábil diferente. Sendo sua mensuração pelo seu custo.

3.2.5 CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL

Este Pronunciamento trata-se de todos os ativos intangíveis, exceto os intangíveis por expectativa de lucros futuros alcançados por outro Pronunciamento. O mesmo foi pronunciado no dia 05 de novembro de 2010.

O CPC 04 tem dois objetivos principais: o primeiro é definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis, e o segundo é mensurar o valor contábil, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

Devido às suas peculiaridades, é difícil medir um ativo intangível, sobretudo pela incerteza da mensuração de seus valores e da estimação de suas vidas úteis.

Exemplos de ativos intangíveis:

- Marcas;
- Patentes;
- Licenças;
- Softwares;
- Franquias;
- Fundo de comércio adquirido;
- Direitos autorais;
- Direitos de propriedade industrial e de serviços;
- Desenvolvimento de tecnologia;
- Receitas e fórmulas;
- Modelos, projetos e protótipos;
- Know-how;
- Capital intelectual;
- Entre outros.

O Pronunciamento Técnico CPC 04 é definido quando:

- For separável, ou seja, capaz de ser separado ou dividido da empresa, podendo ser negociado, vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado;
- Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais;

- For provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade;
- Puder ter seu custo mensurado com segurança.

Mensurar um ativo intangível pode ser extremamente difícil, sobretudo os não identificáveis ou separáveis. Quando o ativo pode ser identificado e separado, a medida ideal seria o valor presente de seus benefícios projetados. Porém, normalmente é utilizado o custo de aquisição para efeito de registro contábil, por sua maior objetividade.

Para divulgar as informações referentes aos ativos intangíveis, as empresas devem considerar as principais regras relacionadas a seguir, distinguindo os intangíveis gerados internamente de outros intangíveis:

- Vida útil definida ou indefinida. Se definida, informar os prazos e as taxas de amortização utilizadas; no caso de indefinida, informar o seu valor contábil e os motivos que dão razão a essa avaliação;
- Os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- O valor contábil bruto da amortização acumulada, mais as perdas acumuladas pela recuperação do valor “impairment”, no início e no fim do período;
- As contas da demonstração do resultado no qual a amortização dos ativos intangíveis foi incluída;
- A conciliação do valor contábil no início e no final do período;
- Valor agregado dos gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos no resultado durante o período.

3.2.6 CPC 12 – AJUSTE A VALOR PRESENTE

O objetivo principal deste Pronunciamento, é estabelecer os requisitos a serem observados na apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo quando da elaboração de Demonstrações Contábeis, ou seja, estabelece a obrigatoriedade do AVP para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. Podendo estar representado por entradas ou saídas de recursos. Para se determinar o valor presente de um fluxo de caixa, é necessário o conhecimento de três variáveis:

- a) O valor futuro do item patrimonial (considerando todos os termos e as condições contratados);
- b) A data do referido fluxo financeiro (data futura) e
- c) A taxa de desconto aplicável à transação. - As taxas de desconto a serem utilizadas devem ser as que mais se coadunam com o risco da entidade envolvida na data inicial do contrato. Todo o esforço deve ser desenvolvido na sua determinação. E, fixadas essa taxa, elas não mais mudam com o decorrer do tempo. Não são descontados dessas taxas quaisquer benefícios fiscais como dedutibilidade dos juros para cálculo de determinados tributos.

No entanto, com a criação da Lei 11.638/2007, foi incluída a necessidade de realizar os ajuste a VP na escrituração contábil para demonstrar o valor real da operação na data de emissão do demonstrativo financeiro. A determinação da AVP – envolve elementos do ativo e do passivo de longo prazo e todos os demais elementos patrimoniais de curto prazo, caso tais ajustes tenham efeito relevante na demonstração levantadas em obediência ao previsto nos artigos 183, VII e 184, III da Lei 6404/1974 com redação dada pela Lei nº 11638/2009.

Em relação ao seu reconhecimento, a NBC TG 12 estabelece: Os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, devem ser ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais (CFC, 2008b). Devem ser ajustados todos os ativos e passivos que tenham sido negociados sem uma previsão de encargos, assim como os que tenham sido ajustados com taxas não condizentes com as condições do mercado. Não se ajustam a valor presente os ativos e passivos com condições de impossibilidade ou de dificuldades de determinação de sua data de vencimento ou efetiva realização (CFC, 2008b).

O AVP viabiliza para a organização vantagens, tais como: correção de julgamento referente a eventos passados já registrados; melhor forma de reconhecimento de eventos presentes e demonstrações contábeis com maior grau de relevância (CFC, 2008b).

3.3 TEORIA DA CONTABILIDADE

Para desenvolvermos a matéria teoria da contabilidade utilizamos como base o CPC 00, tivemos discussões sobre a estrutura conceitual básica da contabilidade, onde junto ao

professor pudemos buscar informações sobre o comitê de pronunciamentos contábeis, e como foi criado. Também analisamos a parte teórica dos elementos das demonstrações contábeis, e por fim os conceitos de despesas e receitas.

3.3.1 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi criado pela Resolução CFC nº 1.055/05 e tem por objetivo: "o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

O comitê foi idealizado a partir da união de esforços das entidades abaixo e seus pronunciamentos tem aplicabilidade depois de regulamentados pelo CFC Conselho Federal de Contabilidade:

- ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas;
- APIMEC NACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais;
- BMF & BOVESPA - Bolsa de Valores;
- CFC - Conselho Federal de Contabilidade;
- FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras;
- IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

O CPC 00 preconiza que as demonstrações financeiras devem prover informações contábeis fidedignas e relevantes, consideradas características qualitativas fundamentais.

Toda informação é relevante quando faz diferença na tomada de decisão. Quanto à representação fidedigna, a informação deve ser: completa, neutra e livre de erros.

Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, imparcial. As demonstrações contábeis não são neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas induzirem a tomada de decisão ou um julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado.

As demais características qualitativas são consideradas de melhoria da informação contábil: comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade.

Os Elementos das Demonstrações Contábeis são:

- ATIVO
- PASSIVO
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- RECEITAS
- DESPESAS

Observação: em caso de conflito, o disposto nos pronunciamentos específicos tem prevalência sobre o disposto na estrutura conceitual deste pronunciamento.

3.3.2 ATIVO E PASSIVO

Ativo = É composto por todos os bens e direitos que uma determinada empresa possui.

Bens é tudo aquilo que possui valor econômico, e possa ser transformado em dinheiro, como imóveis, veículo, máquinas.

Direitos é tudo aqueles recursos que a organização tem a receber, resultando em benefícios presente ou futuro.

Ativo circulante = Todos os bens e direitos que podem ser consumidos ou transformado em dinheiro a um curto prazo

Ativo não circulante = Todos os bens e direitos que não poderá ser consumidos ou transformado em dinheiro a um curto prazo. (final do exercício seguinte)

Passivo = É composto por todas as obrigações a serem pagas (dívidas)

Passivo circulante = Todas as obrigações a serem pagar a um curto prazo, ou seja salários e ordenados, fornecedores, empréstimos a um curto prazo.

Passivo não circulante = Todas as obrigações a serem pagas a um longo prazo, ou seja salários e ordenados, fornecedores, empréstimos a um longo prazo.

3.3.3 RECEITAS, DESPESAS, PERDAS E GANHOS

A disciplina Teoria da Contabilidade pode nos mostrar a fundo os conceitos e a forma correta de interpretar as receitas, despesas, perdas e ganhos, podendo assim colaborar de forma substancial ao nosso projeto interdisciplinar.

Receitas nada mais é a entrada de elementos para o ativo, podendo ser tanto em forma de dinheiro ou direitos a receber, que correspondem à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar outros ganhos eventuais como juros sobre depósitos bancários ou títulos.

Despesas são gastos necessários para a manutenção da empresa, com a finalidade de obter receita, podendo ser tanto gastos do passado, presente ou futuro. São representadas como diminuição do ativo ou aumento do passivo, que tem como consequência uma diminuição no patrimônio líquido.

Perdas representam bens ou serviços consumidos de forma incomum e involuntária, não podem ser confundidos com despesas ou custos, por terem suas características de anormalidade, são os “imprevistos ocorridos durante o período”.

Já os ganhos equivalem a um resultado líquido favorável resultante de transações ou eventos não relacionados às operações normais do empreendimento, ganhos representam outros itens que se enquadram na definição de receita.

3.4 PRÁTICAS DE SISTEMAS CONTÁBEIS

Nessa unidade de estudos utilizamos o sistema contábil Netspeed, para o auxílio do desenvolvimento do balanço patrimonial real das lojas Renner S.A.

Nosso primeiro contato com o sistema, foi para cadastrar a organização, em seguida podemos criar o plano de contas com base no da loja fornecido pelo professor.

Junto podemos implantar o saldo de abertura para em seguida realizar as transações do trimestre da mesma. Lançamos mês a mês, seus gastos com salários e ordenados, adiantamento de salários, férias, 13º salário e compras e vendas de mercadoria para no final do trimestre efetuar as demonstrações como DRE e outras.

3.4.1 – BALANÇO PATRIMONIAL

“Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade. É composto por seus direitos, bens e obrigações. ”
(PREVISA CONTABILIDADE, 2016)

E sua estrutura é constituída por:

- ❑ Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade, capazes de gerar benefícios econômicos futuros, originados de eventos ocorridos.
- ❑ Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.
- ❑ Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.” (APRENDENDO CONTABILIDADE, 2018)

3.4.2 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

Segundo site contabilizei DRE se defini por relatório contábil que demonstra de forma resumida, as operações de uma empresa em determinado período e o resultado apurado, que pode ser de lucro ou prejuízo. E utilizada para analisar o desempenho financeiro da organização, sendo possível observar a evolução das despesas e receitas da mesma.

- Receita bruta
- Deduções
- Receita líquida
- Custo da mercadoria vendida
- Lucro bruto
- Despesas com vendas
- Despesa administrativa
- Despesas financeiras

- Resultado operacional líquido
- Despesas extra operacionais
- Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social
- Provisões Imposto de Renda e Contribuição Social
- Resultado líquido

No sistema contábil Netspeed, após lançarmos as atividades da empresa no mês, emitíamos a DRE para conseguirmos conferir valores contabilizados e verificar se todas as atividades lançadas bateram.

3.4.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

“Relatório contábil que pretende mostrar as entradas e saídas de dinheiro do caixa de uma empresa e quais foram os resultados desse fluxo. Ajuda a entender e analisar a capacidade de uma organização de produzir caixa e equivalentes, em determinado período com as entradas e saídas de dinheiro.” (Portal da contabilidade,2018)

“Pela legislação societária: a demonstração dos fluxos de caixa não fazia parte das demonstrações financeiras obrigatórias pelo art. 176 da Lei 6.404/76, mas algumas empresas apresentavam de forma complementar devida sua demanda ser maior internacionalmente, após a publicação da Lei 11.638/07, esta demonstração passou a fazer parte das demonstrações financeiras obrigatórias, substituindo a DOAR (demonstrações de origens e aplicações de recursos) que mesmo sendo rica em informações ela e uma demonstração de difícil compreensão para os investidores que atuam nos mercados de capitais, e o motivo da substituição e a fácil compreensão da DFC em linguagem padronizada, assim sendo essa demonstração abre portas para investimentos estrangeiros.

Método Direto

Este método utiliza a técnica das partidas dobradas e depois classifica os recebimentos e pagamentos, usando critérios técnicos, essas operações são de entrada e saídas, são decorrentes de operações normais, efetuadas durante o período.

Método Indireto (Método Da Reconciliação)

Este método evidencia os ajustes ao lucro líquido, proveniente da DRE (Demonstração de Resultado do Exercício) ajustado pela adição das despesas e exclusões das receitas e que não afetaram o caixa, ou seja, representando entrada e saída (recebimentos ou pagamentos em dinheiro), também se exclui os resultados obtidos das transações de bens do ativo não-circulante subgrupos investimentos, imobilizado e intangível. ” (Brasil escola, 2017)

3.4.4 – RAZÃO CONTÁBIL

“O Razão é um livro fundamental ao processo contábil, por meio do razão é possível controlar separadamente o movimento de todas as contas, sendo importante para se conhecer os seus saldos, possibilitando a apuração de resultados e elaboração de demonstrações contábeis.

Apesar de ser imprescindível é apenas obrigatório às empresas para as empresas cuja tributação do Imposto de Renda tem, como base, o Lucro Real.” (Portal da contabilidade,2018)

3.5 CONTABILIDADE COMERCIAL

Esta unidade de estudo, nos deu uma ampla visão para analisarmos todo o patrimônio comercial, ou seja, o conjunto dos bens, direitos e obrigações do comerciante, pois é através da Contabilidade Comercial que conseguiremos o máximo de informações contábeis vitais para a tomada de decisão da empresa.

3.5.1 – TRANSAÇÕES COMERCIAIS

Transações comerciais são trocas que envolvem algum tipo de pagamento para um bem ou serviço. Esses tipos de transações geralmente são regidos pelo direito comercial e devem seguir as diretrizes específicas, durante o semestre pudemos desenvolver o conteúdo através dos procedimentos e lançamentos contábeis, efetuando os registros de aquisição e revenda de mercadorias, contabilizando seus tributos ICMS, PIS e COFINS (cumulativos e não cumulativo) e realizando também a apuração do custo da mercadoria vendida.

Podemos observar abaixo exemplos de lançamentos contábeis de aquisição e revenda de mercadoria pelos tributos cumulativos e não cumulativo.

Tributo não cumulativo (Diz-se do imposto/tributo que, na etapa subsequente dos processos produtivos e/ou de comercialização, não incide sobre o mesmo imposto/tributo pago/recolhido na etapa anterior)

1- Compra de mercadoria a prazo para revenda no valor de 24.000,00 com direito a crédito de ICMS 18%, PIS 1,65% e COFINS 7,6%.

D - Estoque (AC) - 24.000,00

C - Fornecedores (PC) 24.000,00

D - ICMS a Recuperar (AC) 4.320,00

D - PIS a Recuperar (AC) 396,00

D - COFINS a Recuperar (AC) 1.824,00

C - Estoque (AC) 6.540,00

2- Venda de mercadoria a vista no valor de 10.000,00 com incidência de ICMS 18%, PIS 1,65% e COFINS 7,6%.

D - Caixa (AC) 10.000,00

C - Receita de Venda (Resultado)

D - ICMS s/ Vendas (Resultado) 1.800,00

C - ICMS a Recolher (PC) 1.800,00

D - PIS s/ Faturamento (Resultado) 165,00

C - PIS a Recolher (PC) 165,00

D - COFINS s/ Faturamento (Resultado) 760,00

C - COFINS a Recolher (PC) 760,00

Tributo cumulativo (Diz-se de um imposto ou tributo que incide em todas as etapas intermediárias dos processos produtivo e/ou de comercialização de determinado bem, inclusive sobre o próprio imposto/tributo anteriormente pago, da origem até o consumidor final, influenciando na composição de seu custo e, em consequência, na fixação de seu preço de venda .

1- Compra de mercadoria a prazo para revenda no valor de 24.000,00 com direito a crédito de ICMS 18%, PIS 0,65% e COFINS 3%.

D - Estoque (AC) - 24.000,00

C - Fornecedores (PC) 24.000,00

D - ICMS a Recuperar (AC) 4.320,00

D - PIS a Recuperar (AC) 156,00

D - COFINS a Recuperar (AC) 720,00

C - Estoque (AC) 5.196,00

2- Venda de mercadoria a vista no valor de 10,000,00 com incidência de ICMS 18%, PIS 0,65% e COFINS 3%.

D - Caixa (AC) 10.000,00

C - Receita de Venda (Resultado)

D - ICMS s/ Vendas (Resultado) 1.800,00

C - ICMS a Recolher (PC) 1.800,00

D - PIS s/ Faturamento (Resultado) 65,00

C - PIS a Recolher (PC) 65,00

D - COFINS s/ Faturamento (Resultado) 300,00

C - COFINS a Recolher (PC) 300,00

Já a apuração do custo de mercadoria vendida representa quanto o revendedor, distribuidor ou fabricante precisou gastar desde a compra até a venda do produto para o cliente. Dessa forma, as receitas de vendas menos o custo de mercadorias vendidas representam o lucro bruto, ou prejuízo, se o resultado for negativo.

Exemplo de lançamentos e apuração do CMV:

- Compra de 6.000 em mercadorias

- Venda de 35.000 em mercadorias quando elas me custaram 28.500 (1.000 unidades)

- Devolução de 200 unidades

Compra de 6.000 em mercadorias

D - Estoque = 6.000

C - Caixa/banco ou fornecedor = 6.000

Venda de mercadorias

Reconhecimento a receita:

D - Caixa/banco ou clientes = 35.000

C - Receita de vendas = 35.000

Baixa no Estoque:

D - CMV = 28.500

C - Estoque = 28.500

Devolução de mercadorias vendidas:

Cancelando a receita

D - Devolução de vendas = 70.000

C - Caixa/banco ou clientes = 70.000

Estorno de baixa do estoque

D - Estoque = 5.700

C - CMV = 5.700

Neste caso a baixa no estoque foi a seguinte:

1.000 unidade por R\$ 28.500,00

(-) devolução de vendas de 200 unidades R\$ 5.700,00

CMV do período = 28.500,00 - 5.700,00 = 22.800,00

3.5.2 – OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As operações financeiras são ações realizadas pelas empresas com o objetivo de gerar recursos financeiros (dinheiro), em contabilidade comercial nos aprofundamos nos

procedimentos e como são feitos os lançamentos dos registros de recebimento de venda, pagamento de compras, descontos obtidos e concedidos, desconto de duplicatas, empréstimo e financiamento bancário.

O recebimento de venda o processo é feito da seguinte forma: preço pelo qual as mercadorias foram vendidas é levado a registro na escrituração contábil, mediante débito da conta Caixa, Bancos Conta Movimento ou Duplicatas a Receber, creditando-se a conta Receita de Vendas. O preço pago pelas mercadorias vendidas (preço de custo) deverá ser registrado na coluna de saídas da ficha de controle de estoque, ensejando, na escrituração contábil, o seguinte lançamento: – débito da conta Custo das Mercadorias Vendidas, creditando-se a conta representativa dos estoques (Mercadorias em Estoque).

Já o pagamento de compra, na ficha de controle de estoque, o valor das compras deve ser efetuado na coluna Entradas. Na escrituração contábil, debita-se uma Conta Representativa de Mercadorias, credita-se Caixa, Bancos Conta Movimento ou Fornecedores.

Descontos obtidos, são os descontos obtidos na liquidação antecipada de obrigações. É uma Receita Financeira, não provocando alteração no Resultado com Mercadorias, já os descontos concedidos são os descontos cedidos no recebimento antecipado de direitos. É uma Despesa financeira, não provocando alteração no Resultado com Mercadorias

O próximo item são os desconto de duplicatas, uma operação financeira em que a empresa entrega determinadas duplicatas para o banco e este lhe antecipa o valor em conta corrente, cobrando juros antecipadamente, é creditada pelo valor de face dos títulos, no momento em que é efetuada a operação de desconto e a instituição financeira faz o crédito em Conta Corrente da empresa, em contrapartida debitada no momento da liquidação do título pelo devedor ou quando a instituição financeira leva a débito em conta corrente da empresa por falta de pagamento por parte do devedor.

Finalizando, temos os empréstimo e financiamento bancários, eles registram as obrigações da entidade junto a instituições financeiras do país e do exterior, cujos recursos são destinados para financiar immobilizações ou para capital de giro, o registro contábil deve ser efetuado quando a empresa receber os recursos, o que muitas vezes coincide com a data do contrato. No caso dos contratos em que a liberação dos recursos ocorrer em várias parcelas, o registro será efetuado à medida dos recebimentos das parcelas, todos os empréstimos e financiamentos contraídos pela empresa, cujo prazo de pagamento final seja inferior a um ano, contado a partir da assinatura do contrato, deverão ser debitadas da conta Banco (Ativo

Circulante) e creditadas na conta Empréstimos (Passivo Circulante) e os juros lançados em IOF s/Empréstimos (Conta de Resultado). Caso o prazo final seja superior a um ano, esses contratos serão registrados no Passivo Não Circulante, e por ocasião da data do balanço, as parcelas dos empréstimos e financiamentos a longo prazo que se tornarem exigíveis até o término do exercício seguinte, devem ser transferidas para o Passivo Circulante

3.5.3 – OPERAÇÕES COM FOLHA DE PAGAMENTO

Folha de pagamento é o nome dado a uma lista da remuneração paga aos trabalhadores de uma instituição, ou ainda do conjunto de procedimentos trabalhistas efetuado pela empresa para fazer o pagamento ao empregado, as operação que estão relacionadas a ela são basicamente os pagamentos do salário bruto, desconto previdenciário, imposto de renda retido na fonte, adiantamento, FGTS e contribuição previdenciária patronal.

Salário Bruto: é o salário registrado em carteira, o ganho total do trabalhador. Afinal, mesmo os descontos representam benefícios para o empregado (na forma de seguridade social ou alimentação, por exemplo), deve ser creditado em Salários a Pagar e debitado em Despesas com Salários

Desconto Previdenciário: contribuição social mensal utilizada para arcar com as despesas da Previdência Pública. Em contrapartida, o INSS oferece aos seus segurados o acesso à benefícios assistenciais como: auxílio doença, auxílio maternidade, pensão por morte, aposentadoria, etc. Seu lançamento deve ser feito da seguinte forma, débito em Salários a Pagar em contrapartida crédito em INSS a pagar, varia entre 7,5% a 14% do salário dependendo do ganho mensal do funcionário.

Imposto de renda retido na fonte: obrigação tributária principal em que a pessoa jurídica ou igualada, está obrigada a reter do beneficiário da renda, o imposto correspondente, nos termos estabelecidos pelo Regulamento do Imposto de Renda, recolhido pelo governo brasileiro, na contabilidade da empresa deve ser lançado um débito em Salários a Pagar e creditado em IRRF a pagar, sobre o salário-base é aplicado a alíquota correspondente.

Aditamento: pagamento antecipado de uma parcela do salário dos empregados antes da data usual. Não existem leis que estabeleçam regras sobre como deve funcionar o adiantamento salarial, por esse motivo, o adiantamento salarial respeita convenções sindicais

e acordos de classe. Na folha de pagamento devesse lançar um débito em Adiantamento de Salários e crédito em Banco Conta Movimento.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é um fundo criado com o objetivo de proteger o trabalhador que for demitido sem justa causa. Mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, os empregadores depositam em contas abertas na Caixa Econômica Federal, no início de cada mês e em nome dos empregados, o valor correspondente a 8% do salário bruto de cada funcionário, a empresa deve realizar um débito em Despesa FGTS e um crédito em FGTS a Pagar.

Contribuição Previdenciária Patronal: é uma das subcategorias das contribuições sociais (dos valores arrecadados para a seguridade social), ou melhor, é o valor devido pelo empregador ao Governo Federal para aplicação nos serviços previdenciários concedidos aos trabalhadores da sua empresa pelo INSS, sua alíquota é de 20% sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma. Seu lançamento deve ser feito por meio de um débito em Despesa Contribuição Previdenciária e um crédito em Contribuição Previdenciária a Pagar.

4. CONCLUSÃO

Baseando-se no nosso trabalho, podemos concluir que tivemos um semestre com matérias mais complexas, onde além de teorias da contabilidade, podemos desenvolver todo o trabalho em um sistema contábil as atividades mensais de uma empresa real. Assim, podemos trabalhar de forma mais ampla caminhando entrelaçado entre todas as matérias e concluir um trabalho de forma completa tanto teórica quanto prática.

Em contabilidade avançada podemos entender como desenvolve e para que é utilizado análise de investimento tendo como objetivo maximizar a contribuição marginal desses recursos de capital, e sua repercussões sobre o desempenho futuro da empresa e, ainda em termos agregados, sobre o crescimento da economia, compreendendo também os termos controlada e coligada, continuidade, ágio e deságio na empresa.

Na unidade de estudos análise de formas tivemos como base os CPC 47, 16, 20, 27, 04 e 12 onde podemos analisar os métodos de estoque, receita, custo e entender como e quando operar nos modos PEPS, UEPS e média ponderada com a realização de alguns exercícios. E também em Teoria da Contabilidade nos mostrou a fundo os conceitos e a forma correta de interpretar as receitas, despesas, perdas e ganhos. Sua estrutura e como ocorreu a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Duas matérias que julgamos mais práticas foi praticas de sistema contábil e contabilidade comercial. Onde podemos como efetuar as atividades de uma organização no sistema de uma forma mais rápida e prática, e no excel onde efetuamos mais processos a mão. No sistema implantamos os saldos de abertura e todas as contas já com saldo da loja Renner, e andando lado a lado as duas unidades podemos vendas, estorno, baixa em estoque e até mesmo folhas de pagamento juntamente com seus impostos inferidos. E pudemos finalizar com as elaborações de relatório.

5. REFERÊNCIAS

Ágio e Deságio: entenda o que são esses dois conceitos e como eles afetam seus investimentos. Disponível em: <https://londoncapital.com.br/blog/agio-e-desagio-investimentos>. Acesso em: 05 maio 2020.

Ativo não circulante. Disponível em: https://www.socontabilidade.com.br/conteudo/BP_ativo5.php. Acesso em: 11 maio 2020.

Avaliação de investimento. Disponível em: <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/contabilidade/avaliacao-de-investimentos/44792>. Acesso em: 11 maio 2020.

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>. Acesso em: 01 maio 2020.

CPC 16 (R1) - Estoques. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=47>. Acesso em: 25 abr. 2020.

CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=51>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CPC 27 - Ativo Imobilizado. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=58>. Acesso em: 01 maio 2020.

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=105>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ajuste a Valor Presente. Brasília: CVM, 2008. Disponível em: <

<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/deliberacoes/anexos/0500/deli564.pdf>>.

Acesso em: 12 mar. 2020.

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA. Disponível em:

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/ademonstracaodosfluxos.htm>. Acesso em:

21 abr. 2020.

Entenda a contabilidade e sua importância. Disponível em:

<http://www.econex.com.br/entenda-a-contabilidade-comercial-e-sua-importancia/>. Acesso

em: 01 abr. 2020.

Entenda quais são os tipos de impostos para cada tipo de empresa. Disponível em:

<https://www.blbbrasil.com.br/blog/tipos-de-impostos/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

Estrutura da Contabilidade. Disponível em:

https://interno.totvs.com/mktfiles/tdiportais/helponlineprotheus/p12/portuguese/sigactb_estrutura_da_contabilidade.htm. Acesso em: 03 mar. 2020.

Mais Valia. Disponível em: **<https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/mais-valia.htm>.**

Acesso em: 03 maio 2020.

MENDES, Wagner. Redução ao Valor Recuperável de Ativo (Impairment) e Ajuste ao valor Presente (AVP). 1. ed. São Paulo: IOB, 2010.

Normas Contábeis para Fins de Auditoria. Disponível em:

<http://www.portaldeauditoria.com.br/normascrc/normasbrasileirasdecontabilidade1087.htm>.

Acesso em: 06 abr. 2020.

O ensino de teoria da contabilidade no Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-92511998000200006. Acesso em: 05 abr. 2020.

O que é DRE e qual sua importância no sucesso de uma empresa? Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-dre-para-que-serve/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

O que é Equivalência Patrimonial. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/5414/o-que-e-equivalencia-patrimonial>. Acesso em: 07 maio 2020.

Parte 03 - Fluxo de Caixa - Método Indireto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTduidVIDjs&feature=youtu.be>. Acesso em: 22 abr. 2020.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**. 8. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão de demonstrações contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 12. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf. Acesso em: 12 mar. 2020.
Resolução CFC nº. 1.151/2009. Aprova a NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente. Brasília: CFC, 2009. Disponível em: <cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1151.doc>. Acesso em: 22 abr. 2020.

Você sabe o que é o balanço na contabilidade? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0rQR0UblekI&feature=youtu.be>. Acesso em: 17 abr. 2020.

6. ANEXOS

- Balanço Patrimonial – Lojas Americanas;
- DRE – Lojas Americanas;
- Razão Analítico